

Superior Tribunal de Justiça

PExt no HABEAS CORPUS Nº 530.058 - SP (2019/0257277-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
REQUERENTE : MARCIO ROGERIO RAGANHAN
ADVOGADO : BRUNA AMANDA DA SILVA RIBEIRO - SP408957
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : JOAO VITOR DOS SANTOS BONAFIM (PRESO)
ADVOGADO : JOÃO MACIEL DE LIMA NETO - SP193386

DECISÃO

MARCIO ROGERIO RAGANHAN requer a **extensão dos efeitos** da decisão de fls. 152-153, por meio da qual concedi a ordem, para estabelecer o regime aberto ao paciente.

O pleito não merece prosperar.

O ora requerente é corréu do paciente João Vitor e foi condenado à pena total de **5 anos, 6 meses e 15 dias de reclusão**, em regime fechado – mantido pelo Tribunal local –, pela prática dos delitos de receptação, adulteração de sinal identificador e furto qualificado.

Decido.

O art. 33, § 3º, do Código Penal estabelece que "a determinação do regime inicial de cumprimento de pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código".

Portanto, as mesmas circunstâncias judiciais aferidas pelo magistrado para fixação da pena-base na primeira fase da dosimetria deverão ser sopesadas na imposição do regime inicial de cumprimento de pena.

Todavia, o caso do ora requerente é distinto do paciente e **não atende ao disposto no art. 580 do Código de Processo Penal, diante das circunstâncias judiciais desfavoráveis – aliadas à quantidade final da pena a ele aplicada** –, devidamente salientadas pela instância de origem, ao dosar as penas-base. Concluo, portanto, não haver violação do art. 33, § 2º, do Código Penal, sendo correta a aplicação do regime fechado.

Ilustrativamente:

[...]

5. De acordo com a jurisprudência desta Corte, "a elevação da pena-base encontra-se devidamente justificada, a exemplo das consequências do delito, haja vista o elevado prejuízo causado à vítima, mostrando-se a reprimenda, tal qual fixada no acórdão, proporcional às circunstâncias concretas do caso" (HC n. 342.327/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 8/6/2016).

6. Há ilegalidade quando não é apontado nenhum elemento dos autos (modus operandi, por exemplo) que, efetivamente, evidencie real necessidade de exasperação da pena, na terceira fase da dosimetria, no patamar estabelecido.

7. Diante de circunstâncias judiciais desfavoráveis - no caso, as consequências e os antecedentes -, é cabível a fixação do regime fechado, aos condenados não reincidentes, para o início do cumprimento da pena superior a 4 anos e que não exceda a 8 anos, em conformidade com o § 3º do art. 33 do Código Penal.

8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reduzir as penas dos pacientes.

(HC n. 370.412/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 21/10/2016, destaquei).

[...]

4. O estabelecimento do **regime mais severo** do que o indicado pelo *quantum* da reprimenda baseou-se na gravidade concreta do delito, evidenciada pelo seu *modus operandi*, pois houve emprego de violência intensa na senda criminosa, já que a arma de fogo permaneceu apontada para a cabeça de uma das vítimas, o que exige resposta estatal superior, dada a maior reprovabilidade da conduta, em atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, a fim de reduzir as penas para 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa, ficando mantido inicialmente o regime prisional fechado.

(HC n. 366.552/SP, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 09/11/2016, destaquei)

Superior Tribunal de Justiça

Em que pese a insurgência ora deduzida, noto que as instâncias de origem consignaram as referidas circunstâncias, as quais **demonstram, ineludivelmente, a maior gravidade do comportamento ilícito, o que justifica, de maneira idônea, a fixação do regime fechado.**

Não se trata, portanto, de caso em que a simples gravidade abstrata do delito cometido é utilizada como fundamentação para a imposição de regime prisional mais gravoso do que o permitido em razão da sanção aplicada, em violação dos enunciados das Súmulas n. 440 do STJ, 718 e 719 do STF, como alegado pela defesa.

À vista do exposto, **indefiro o pedido de extensão.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**